

Proposta de Curso
Pós-Graduação Lato Sensu
LIVE

NOME DO CURSO

LL.M em Direito: Empresarial

CARGA HORÁRIA

432 h/a

PROPONENTE DO CURSO

Direito Rio

ESCOLA CERTIFICADORA

Direito Rio

CÓDIGO DO CURSO

LLLME*20_05

Semana de Ambientação ao Curso				12 e 13/04/2021		
Disciplinas	Carga Horária	Aula 1	Aula 2	Aula 3	Aula 4	Aula 5
Disciplina 1	24h/aula	19/04/21	20/04/21	26/04/21	27/04/21	03/05/21
Avaliação presencial				P1 08/05/21	P2 28/05/21	VS 26/06/21
Disciplina 2	24h/aula	10/05/21	11/05/21	17/05/21	18/05/21	24/05/21
Avaliação presencial				P1 29/05/21	P2 18/06/21	VS 17/07/21
Disciplina 3	24h/aula	31/05/21	01/06/21	07/06/21	08/06/21	14/06/21
Avaliação presencial				P1 19/06/21	P2 09/07/21	VS 07/08/21
Disciplina 4	24h/aula	21/06/21	22/06/21	28/06/21	29/06/21	05/07/21
Avaliação presencial				P1 10/07/21	P2 30/07/21	VS 28/08/21
Disciplina 5	24h/aula	12/07/21	13/07/21	19/07/21	20/07/21	26/07/21
Avaliação presencial				P1 31/07/21	P2 20/08/21	VS 25/09/21
Disciplina 6	24h/aula	02/08/21	03/08/21	09/08/21	10/08/21	16/08/21
Avaliação presencial				P1 21/08/21	P2 17/09/21	VS 16/10/21
Disciplina 7	24h/aula	23/08/21	24/08/21	30/08/21	31/08/21	13/09/21
Avaliação presencial				P1 18/09/21	P2 08/10/21	VS 06/11/21
Disciplina 8	24h/aula	20/09/21	21/09/21	27/09/21	28/09/21	04/10/21
Avaliação presencial				P1 09/10/21	P2 12/11/21	VS 11/12/21
Disciplina 9	24h/aula	18/10/21	19/10/21	25/10/21	26/10/21	08/11/21
Avaliação presencial				P1 20/11/21	P2 03/12/21	VS 22/01/22
Disciplina 10	24h/aula	16/11/21	22/11/21	23/11/21	29/11/21	30/11/21
Avaliação presencial				P1 04/12/21	P2 14/01/22	VS 12/02/22
Disciplina 11	24h/aula	06/12/21	07/12/21	13/12/21	14/12/21	10/01/22
Avaliação presencial				P1 15/01/22	P2 04/02/22	VS 12/03/22
Recesso de Fim de Ano			de 18/12/2021 a 09/01/2022			
Disciplina 12	24h/aula	17/01/22	18/01/22	24/01/22	25/01/22	31/01/22
Avaliação presencial				P1 05/02/22	P2 25/02/22	VS 02/04/22

Disciplina 13	24h/aula	07/02/22	08/02/22	14/02/22	15/02/22	21/02/22
Avaliação presencial				P1	P2	VS
				26/02/22	25/03/22	07/05/22
Recesso de Carnaval de 26/02/2022 a 06/03/2022						
Disciplina 14	24h/aula	07/03/22	08/03/22	14/03/22	15/03/22	21/03/22
Avaliação presencial				P1	P2	VS
				26/03/22	29/04/22	21/05/22
Disciplina 15	24h/aula	28/03/22	29/03/22	04/04/22	05/04/22	11/04/22
Avaliação presencial				P1	P2	VS
				30/04/22	13/05/22	11/06/22
Disciplina 16	24h/aula	27/04/22	28/04/22	04/05/2022	05/05/22	11/05/22
Avaliação presencial				P1	P2	VS
				14/05/22	03/06/22	02/07/22
Disciplina 17	24h/aula	18/05/22	19/05/22	25/05/22	26/05/22	01/06/22
Avaliação presencial				P1	P2	VS
				04/06/22	24/06/22	16/07/22
Disciplina 18	24h/aula	06/06/22	07/06/22	13/06/22	14/06/22	20/06/22
Avaliação presencial				P1	P2	VS
				25/06/22	08/07/22	06/08/22

Observações:

Durante a pandemia do Covid-19, as provas presenciais foram substituídas por atividades a serem entregues dentro do Ambiente on-line, onde a data de entrega será divulgada pelo docente de cada disciplina.

Após o término da pandemia, divulgaremos um novo calendário com as datas das provas presenciais que ocorrerão às sextas (P2) e aos sábados (P1 e VS).

As aulas são transmitidas ao vivo, na plataforma Zoom. Fique atento à área de notícias das disciplinas.

DESCRIÇÃO DO CURSO

O LLM em Direito Empresarial proporciona a você uma visão atual do Direito em seu aspecto empresarial, a partir de um enfoque interdisciplinar, enfatizando o aprendizado em disciplinas teóricas e práticas que tenham relevância na atuação profissional dos alunos.

OBJETIVO DO CURSO

Você irá adquirir:

- Habilidade em interpretar temas jurídicos conforme os contextos empresariais.
- Capacidade de reflexão perante os processos de tomada de decisão no âmbito jurídico.
- Desenvolvimento de habilidades específicas na área de Direito Empresarial.
- Capacidade de examinar por meio de abordagem interdisciplinar casos práticos da área.

PÚBLICO ALVO

O LLM em Direito Empresarial é recomendado para:

- Profissionais que sintam a necessidade de reciclagem na área de Direito Empresarial.
- Profissionais graduados em Direito ou outras áreas do conhecimento afins ao Direito Empresarial que pretendam aprofundar seus conhecimentos na área.

METODOLOGIA

Os cursos do Programa MBA LIVE da FGV têm por objetivo estimular a reconstrução do conhecimento por meio da abordagem integrada entre teoria e prática, em consonância com os contextos econômicos, sociais e regionais onde os cursos são ministrados.

Os conteúdos das disciplinas visam a atingir objetivos de aprendizagem específicos, alinhados ao desenvolvimento das competências necessárias à prática profissional de seus alunos.

As aulas, mediadas remotamente por ferramentas de videoconferência, são planejadas com aplicação de diferentes estratégias de aprendizagem, sob a égide das metodologias ativas. Os alunos contam com suporte de um ambiente virtual de aprendizagem, o eClass, no qual pode acessar, a qualquer momento, em seus dispositivos eletrônicos, o conteúdo da disciplina, fazendo uso irrestrito de reconhecidas bibliotecas virtuais. Além disso, há acesso a outras ferramentas que oferecem suporte ao processo de ensino-aprendizagem e facilitam a comunicação.

As atividades práticas são desenvolvidas com o apoio de estudos de casos, jogos de negócios e situações que permitam aos alunos simularem a vivência de experiências desafiadoras, encorajando-os à aplicação de seus conhecimentos na resolução dos desafios propostos.

AValiação

A avaliação da aprendizagem tem papel fundamental para o processo de reconstrução de conhecimento pelos alunos, por isso, cada disciplina tem um instrumento avaliativo diferente. As avaliações construídas pelos professores possuem questões que abordam a aplicabilidade dos conceitos trabalhados em sala a contextos empresariais.

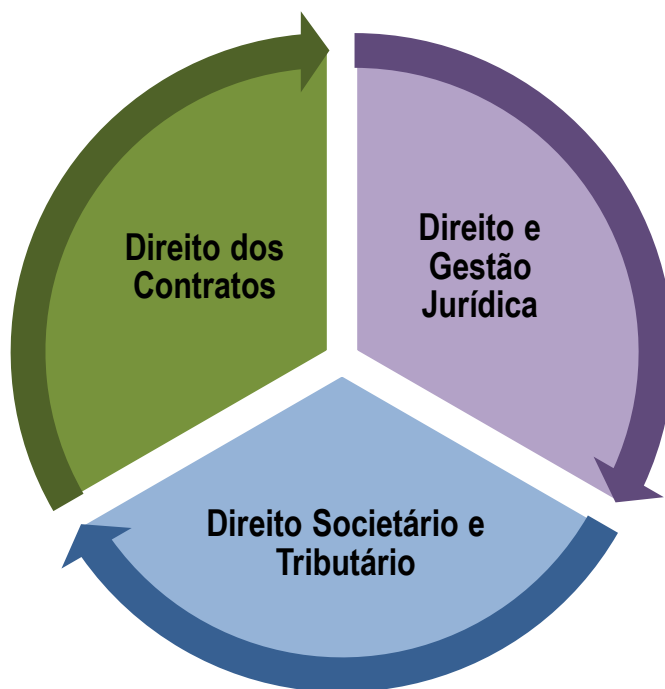
Os instrumentos de avaliação utilizados visam não somente apoiar o diagnóstico do aprendizado como também servir como reflexão para os alunos quanto à prática dos conceitos a fim de capacitá-los para melhores tomadas de decisão como executivos.

PRÉ-REQUISITO

- Tempo mínimo de conclusão da graduação: 2 anos*
- *Maior experiência profissional pode reduzir a necessidade do tempo mínimo de formado.
- Tempo mínimo de experiência profissional: 2 anos**.
- **O tempo mínimo pode ser maior, dependendo do curso e da coordenação local.

DISCIPLINA ISENTA DE PROVA

MÓDULOS	
DIREITO DOS CONTRATOS	144 H/A
DIREITO SOCIETÁRIO E TRIBUTÁRIO	144 H/A
DIREITO E GESTÃO JURÍDICA	144 H/A



MÓDULO: Direito dos Contratos			
OBJETIVOS DO MÓDULO			
Aperfeiçoar a atuação do profissional do Direito no campo da negociação, prevenção e resolução de conflitos e na prestação de consultoria jurídica contratual, seja em âmbito privado ou público.			
DISCIPLINAS DO MÓDULO			
1.	Negociação	L_LLMDE*N*16-24	24 h/a
2.	Nova Disciplina Jurídica dos Contratos	L_LLMDE*NDJC*16-24	24 h/a
3.	Contratos Contemporâneos	L_LLMDE*CC*16-24	24 h/a
4.	Licitação e Contratos Administrativos	L_LLMDE*LCA*16-24	24 h/a
5.	Estratégias para a Solução Adequada dos Conflitos Empresariais	L_LLMDE*ESA*16-24	24 h/a
6.	Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil	L_LLMDE*DCRC*16-24	24 h/a

MÓDULO: Direito Societário e Tributário			
OBJETIVOS DO MÓDULO			
Aprofundar o conhecimento na área de Direito Societário e Tributário, especialmente no que se refere às atividades empresariais. Oportunizar a compreensão teórica e prática do direito societário e tributário com a análise de situações cotidianas expostas nos estudos de caso.			
DISCIPLINAS DO MÓDULO			
1.	Direito Societário – Ltda	L_DSCLTDA_18-24	24 h/a
2.	Direito Societário – Sociedade Anônima	L_DSSA_18-24	24 h/a
3.	Contabilidade Empresarial	L_CE24*15-24	24 h/a
4.	Direito Tributário I	L_LLMDE*DTI*16-24	24 h/a
5.	Direito Tributário II	L_LLMDE*DTII*16-24	24 h/a
6.	Recuperação de Empresas	L_LLMDE*RE*16-24	24 h/a

MÓDULO: Direito e Gestão Jurídica			
OBJETIVOS DO MÓDULO			
Permitir o debate acerca de questões contemporâneas do Direito aliado as novas perspectivas de suas articulações com habilidades de gestão na área jurídica empresarial.			
DISCIPLINAS DO MÓDULO			
1.	Direito Regulatório	L_DR_18-24	24 h/a
2.	Compliance	L_COMP_20-24	24 h/a
3.	Direito do Trabalho	L_DIRT_18-24	24 h/a
4.	Propriedade Intelectual	L_PI_18-24	24 h/a
5.	Marketing Jurídico	L_MJ_18-24	24 h/a
6.	Gestão Estratégica de Serviços Jurídicos	L_LLMDE*GESJ*16-24	24 h/a

Detalhamento do MÓDULO: DIREITO DOS CONTRATOS
ESTRUTURA CURRICULAR

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1. Negociação	24 h/a

Área	Subárea

EMENTA

A importância da Negociação. O processo de Negociação: Preparação. Criação de Valor. Distribuição de Valor. Avaliação, ajustes e Fechamento. Maldição do Vencedor. Negociações distributivas x integrativas. Negociação colaborativa x competitiva. Mito do bolo fixo. Fundamentos: Alternativas, Opções, BATNA, ZOPA. Interesses x posições. Teoria dos Jogos: cooperação x competição. Percepções e Negociação. Os limites da Racionalidade. Vieses Cognitivos. Influência e persuasão. Processo de resolução de conflitos e mediação. Solução de Negociações complexas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO	
Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Negociação 1.1 Modalidades 1.2 Preparação para Negociação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparar-se para qualquer cenário de negociação. ▪ Negociar de forma profissional em busca de ganhos mútuos. ▪ Adequar estratégias aos diferentes tipos de negociação.
2. Teoria dos Jogos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entender a importância da criação de valor em negociações. ▪ Compreender os efeitos provocados pelo excesso competição no relacionamento. ▪ Compreender o que é e evitar a Maldição do Vencedor. ▪ Aplicar técnicas de criação de consenso a fim de criar valor numa negociação.
3. Percepção e aspectos cognitivos da Negociação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ser capaz de tomar decisões e fechar uma negociação com eficácia. ▪ Compreender os diversos estilos de negociação. ▪ Compreender os limites da racionalidade humana e aplicar seus conceitos em Negociações. ▪ Saber lidar com qualquer situação negocial, fazendo a correta leitura do cenário negocial.
4. Influência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entender como funciona o processo de tomada de decisão. ▪ Aprender a criar argumentos poderosos. ▪ Aprender a aliar a capacidade de argumentação com a persuasão e influenciar negociadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DUZERT, Yann (org). Manual de negociações complexas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DUZERT, Yann; LEMPEREUR, A; COLSON, A. Método de Negociação. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2009.
- SUSSKIND, Lawrence/ Cruikshank, Jeffrey/ Duzert, Yann. Quando a Maioria Não Basta - Método de Negociação Coletiva Para a Construção de Consenso. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAZERMAN, M.H. Processo Decisório. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FISHER, Roger URY, William PATTON, Bruce. Como chegar ao sim. A negociação de acordos sem concessões. 2ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- STONE, Douglas. et al. Conversas difíceis. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999, 2012.
- URY, William. Como chegar ao Sim com você mesmo. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
2. Nova Disciplina Jurídica dos Contratos	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Moderna teoria geral dos contratos. Cláusulas contratuais gerais e especiais. Interpretação dos contratos. Inadimplente contratual. Abuso nas relações contratuais. Revisão contratual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Moderna teoria geral dos contratos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar os princípios contratuais. ▪ Analisar a função econômica e social dos contratos. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
2. Cláusulas contratuais gerais e especiais 3. Interpretação dos contratos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar as diversidades e especificidades das disposições contratuais. ▪ Estudar os métodos e parâmetros de interpretação contratual. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
4. Abuso nas relações contratuais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudar a função do princípio da boa-fé de limitar o exercício dos direitos contratuais. ▪ Analisar a responsabilidade pré – contratual e o instituto da proibição do comportamento contraditório. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
5. Inadimplemento e Revisão contratual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar as diferentes formas de inadimplemento contratual e suas consequências. ▪ Analisar os institutos da lesão e da Onerosidade. ▪ Excessiva / Teoria da Imprevisão como forma de resolução e revisão contratual. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes: TARTUCE, Flávio (coords). Direito contratual: temas atuais. São Paulo: Método, 2007.
- MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito dos Contratos Tomo I. Teoria Geral dos Contratos. Volume III. São Paulo: Atlas. 2015.
- TARTUCE, Flávio. Coleção Direito Civil - Teoria Geral dos Contratos em Espécie. Volume 3. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MARTINS-COSTA, Judith. Comentários ao Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- NEGREIROS, Teresa. Teoria do contrato: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- NEVES, José Roberto de Castro. Direito das obrigações. Rio de Janeiro: GZ, 2009.

- TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. Código Civil Comentado: direito das obrigações. São Paulo: Atlas, 2008.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
3. Contratos Contemporâneos	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Contratos Bancários (ou financeiros) empresariais. Inovações da Garantias contratuais reais e fidejussórias. Incorporação Imobiliária e as novas modalidades de empreitada. Contratos eletrônicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Contratos Bancários ou financeiros empresarias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar a contratação entre empresas e instituições financeiras. ▪ Escolher o melhor instrumento contratual para cada tipo de operação financeira. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
2. Inovações da Garantias contratuais reais e fidejussórias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar as modernas garantias fidejussórias (garantia autônoma e carta de conforto) e as discussões envolvidas em cada uma delas. ▪ Analisar a sistemática da alienação fiduciária de bens móveis e imóveis. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
3. Incorporação Imobiliária 4. Novas modalidades de empreitada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar as diferentes fases e perspectivas da incorporação imobiliária. ▪ Examinar as modernas modalidades do contrato de empreitada e a escolha entre a mais adequada para cada tipo de relação jurídica. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
5. Contratos eletrônicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudar a contratação por meio eletrônico. ▪ Avaliar a validade, eficácia, responsabilidade e foro dos contratos eletrônicos. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CHALHUB, Melhim Namem. Alienação Fiduciária, Incorporação Imobiliária e Mercado de Capitais: Estudos e pareceres. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.
- RIZZARDO, Arnaldo. Contratos de Crédito Bancário. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
4. Licitação e Contratos Administrativos	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Licitação. Modalidades tradicionais de Licitação. Pregão (Presencial e Eletrônico). Privilégios à Microempresas em processos licitatórios. Estatuto das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Concessões. PPPs – Parcerias Público-Privadas. Contratação de Serviços de Publicidade. Contratos Administrativos e seu gerenciamento. Fato do Príncipe. Teoria da Imprevisão. Reajuste, revisão e repactuação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Licitação e Contratos administrativos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar o objetivo e a necessidade da existência do processo licitatório. ▪ Conhecer os princípios que regem as licitações. ▪ Conhecer as diferentes modalidades de licitações existentes, tanto na lei 8666/93 quanto nas demais licitações (RDC, Pregão, PPP, Publicidade, Defesa Nacional, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista entre outros). ▪ Conhecer os privilégios aplicados às microempresas.
2. Modalidades de Licitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Traçar as diferenças entre contratos privados e contratos administrativos. ▪ Conhecer as peculiaridades reservadas à Administração Pública, tal qual cláusulas exorbitantes. ▪ Identificar as possibilidades de modificação dos contratos administrativos. ▪ Conhecer os conceitos de Fato do Príncipe e Fato da Administração.
3. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer as hipóteses previstas na legislação de contratação sem a necessidade de processo licitatório prévio. ▪ Identificar as exceções previstas em lei para a contratação direta e como a jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União tratam a questão. ▪ Conhecer as principais questões polêmicas existentes sobre o tema.
4. Gestão dos Contratos Administrativos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as sanções previstas nas legislações sobre licitações por seu descumprimento. ▪ Identificar as penalidades que a administração pública pode aplicar aos particulares. ▪ Identificar os crimes previstos na lei de licitações e suas penas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAGÃO, Alexandre Santos de – Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e contratos administrativos. 3ª Edição. Revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- PICCOLI, Ricardo de Matos - Licitações e Sociedades Cooperativas – 1ª Edição – Curitiba: Juruá, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- JUSTEN FILHO, Marçal – O Estatuto da Microempresa e as licitações públicas – 2ª edição revista e atualizada de acordo com a Lei Complementar 123/06 e o Decreto Federal 6.204/2007 – São Paulo: Dialética, 2007.
- JUSTEN FILHO, Marçal – Pregão: (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico) – 5ª edição revista e atualizada de acordo com a Lei Federal 10.520/02 e os Decretos Federais nºs 3.555/00 e 5.450/05 – São Paulo: Dialética, 2009.
- PICCOLI, Ricardo de Mattos – Licitações & Sociedades cooperativas – 1ª edição – Curitiba: Juruá, 2009.
- JUSTEN FILHO, Marçal – Comentários à lei de Licitações e contratos administrativos – 14ª edição – São Paulo: Dialética, 2010.
- JUSTEN FILHO, Marçal; pereira, Cesar a. Guimaraes (coord.) – O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): Comentários à Lei 12.462 e ao Decreto 7.581 – Belo Horizonte: Fórum, 2012.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
5. Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Responsabilidade Civil e Código de Defesa do Consumidor pela perspectiva empresarial. Princípios e conceitos da relação entre consumidor e fornecedor. Direitos Básicos. Prazos. Responsabilidade Civil pelo Vício e Fato do produto e serviço. Excludentes e atenuantes da Responsabilidade Empresarial. Prevenção e reparação de danos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Sociedade da Informação 2. Fundamentos e Implicação no ambiente empresarial. Normatização. Tendências globais das Relações de Consumo 3. Bases Constitucionais e Regulatórias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar a análise econômica do direito do consumidor e sua aplicação prática. ▪ Compreender as bases legais, regulatórias e a importância de sua observância nos negócios.
4. Princípios e Conceitos: consumidor, fornecedor, produto e serviço 5. Política Nacional das Relações de Consumo 6. Direitos Básicos do Consumidor 7. Oferta, Publicidade, Banco de Dados e Alteração Contratual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender a lógica da Lei 8078/90, no que toca os direitos básicos a qualquer produto ou serviço. ▪ Examinar a dinâmica da Lei 8078/90 na aplicação aos estabelecimentos comerciais virtuais e nos contratos de adesão.
9. Práticas abusivas 10. Direito de Arrependimento 11. Inversão do Ônus da Prova 12. Sanções 13. SNDC, PLANDEC e Processo Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar as regras das práticas abusivas. ▪ Compreender as consequências jurídicas e econômicas das práticas abusivas. ▪ Examinar as sanções aplicáveis. ▪ Verificar o impacto econômico pelo descumprimento de direitos em âmbito administrativo e judiciário.
14. Requisitos da Responsabilidade Civil 15. Responsabilidade Civil no CDC; 16. Responsabilidade pelo Fato e Vício do Produto e do Serviço 17. Prevenção e Reparação de danos 18. Excludentes de Responsabilidade 19. Decisões nos Tribunais, STJ e tendências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar a responsabilidade civil aplicada às Relações de Consumo. ▪ Identificar suas modalidades e as excludentes de responsabilidades, sobretudo quanto ao fato e vício.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BENJAMIN, A. H Vasconcellos, Manual de Direito do Consumidor, 3º Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- LISBOA, Roberto Senise. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo. 3ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- MARQUES, Claudia Lima. Contratos No Código de Defesa do Consumidor - 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- NUNES, Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- WADA, Ricardo Morishita (Org.). Direito do Consumidor: os 22 anos de Vigência do CDC. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.
- FARIA, José Eduardo. *Direito e Globalização Econômica*. São Paulo: Malheiros, 2010.
- FILOMENO, Jose Geraldo Brito. *Manual de Direitos do Consumidor*. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.
- MIRAGEM, Bruno. *Curso de Direito do Consumidor*. 6ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- PAESANI, Lilians Minardi (Org). *O Direito na Sociedade da Informação*. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
6. Estratégias para a Solução Adequada dos Conflitos Empresariais	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Fatores que influenciam a resolução do conflito empresarial e as modalidades adequadas para a sua escolha. Mediação. Arbitragem. Judiciário. Conciliação X Mediação X Arbitragem. Constituição e características de cada instituto. A figura do árbitro e do mediador. Customização do processo de resolução de controvérsia. Estratégias de contencioso empresarial. Decisão arbitral. Estratégias de execução ou invalidação do ato (ação de nulidade e objeção à homologação de sentença estrangeira).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Métodos de resolução de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar a dinâmica de prevenção e resolução de conflitos. ▪ Analisar os métodos disponíveis e suas aplicações. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
2. Mediação & Arbitragem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as semelhanças e diferenças dos dois institutos. ▪ Identificar os casos em que estes meios podem ser utilizados. ▪ Identificar a necessidade ou não de interface com o Poder Judiciário.
3. Conciliação & Procedimentos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar a diferença entre a conciliação e a mediação ocorridas de forma extrajudicial e judicial. ▪ Identificar a diferença do procedimento destes institutos com o Código de Processo Civil. ▪ Identificar as pessoas que podem participar destes institutos.
4. Definição de estratégias de prevenção e resolução de conflitos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as semelhanças e diferenças entre estes três institutos. ▪ Identificar os casos em que estes três meios podem ser utilizados. ▪ Identificar a necessidade ou não de interface com o Poder Judiciário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALMEIDA, Diogo R.; PANTOJA, Fernanda; PELAJO, Samantha. A mediação no novo código de processo civil. São Paulo: GEN, 2016.
- ALMEIDA, Tania. Caixa de Ferramentas. São Paulo: Editora Dash, 2014.
- ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samantha; JONATHAN, Eva (coords.) Mediação de Conflitos. Para iniciantes, praticantes e docentes. Salvador: JusPodium, 2016.

- MUNIZ, Joaquim de Paiva. Curso Básico de Direito Arbitral – Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Juruá, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MOURÃO, Alessandra Gomes do Nascimento. Técnicas de Negociação para Advogados. 3 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008

Detalhamento do MÓDULO: Direito Societário e Tributário

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1. Direito Societário – Ltda	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Sociedade Limitada. Natureza Jurídica. Responsabilidade dos Sócios. Aplicação das regras das sociedades simples e da Lei nº 6.404/76 às Sociedades Limitadas. Capital Social e Patrimônio. Quotas Sociais. Cessão, penhora e partilha de quotas. Direitos e Deveres dos Sócios. Deliberações. Administração nas Sociedades Limitadas. Hipóteses de dissolução parcial sob à ótica do novo Código de Processo Civil - CPC. Direito de retirada, sócio dissidente, sócio remisso, falecimento de sócio e exclusão de sócio. Dissolução, Liquidação, Partilha e Extinção da Sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO	
Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Sociedade Limitada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer a legislação aplicada. ▪ Compreender estrutura da sociedade. ▪ Compreensão das implicações da natureza jurídica. ▪ Análise da responsabilidade dos sócios e Teoria da Desconsideração de acordo com o novo CPC. ▪ Análise das hipóteses de aplicação supletiva das normas das sociedades simples e sociedades anônimas. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos que envolvam sociedades limitadas.
2. Sociedade Limitada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distinção entre capital social e patrimônio. ▪ Aumento e redução do capital social. ▪ Compreensão do conceito de quotas sociais. ▪ Forma de integralização das quotas e fraude. ▪ Espécies de quotas sociais. ▪ Quotas preferenciais ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos que envolvam capital social, patrimônio social e quotas sociais
3. Sociedade Limitada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise das hipóteses de dissolução parcial sob à ótica do novo CPC. ▪ Conhecimento das hipóteses do direito de retirada. ▪ Conhecimento das hipóteses de exclusão de sócio. ▪ Conhecimento dos institutos de cessão, penhora de quotas. ▪ Análise dos direitos e deveres dos sócios na dissolução parcial sob à ótica do novo CPC.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos que envolvam dissolução parcial das sociedades limitadas.
<p>4. Sociedade Limitada</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo da administração nas Sociedades Limitadas. ▪ Conhecimento da responsabilidade dos administradores. ▪ Análise deliberações sociais. ▪ Conhecimento dos processos de Dissolução, Liquidação, Partilha e Extinção da Sociedade ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos que envolvam administração social e processos de dissolução da sociedade limitada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. 12ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2016.
- TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário. v 1, São Paulo: Atlas, 2016.
- ULHOA, Fábio Coelho. Curso De Direito Comercial - Direito De Empresa. v. 1. 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ASQUINI, Alberto. Perfis da Empresa. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, Malheiros, v. 35, n. 104, out-nov, 1996.
- FRAZÃO, Ana. Função Social da Empresa. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
- MAMEDE, Gladston. Holding - Familiar e Suas Vantagens. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial esquematizado. 6 ed. São Paulo: Método, 2016.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
2. Direito Societário – Sociedade Anônima	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Sociedade Anônima. Constituição e organização. Companhias abertas e fechadas. Capital social. Capitalização da companhia. Valores mobiliários. Ações. Espécies. Propriedade das ações e a sua transferência. Resgate, amortização e Reembolso. Oneração das ações. Debêntures. A figura do acionista. Direitos essenciais e responsabilidade dos acionistas. Cláusulas de restrições de voto. Acionista Controlador. Acordo de Acionistas. Alienação do controle. Tag e Drag Along. Órgãos societários. Assembleia-Geral. Quóruns. Modos de deliberação. Solução para os empates. Diretoria. Conselho de Administração. Responsabilidade dos administradores. Conselho Fiscal. Reorganização societária: cisão, fusão, incorporação. Consórcios e Sociedades de Propósito Específicos – SPE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO	
------------------------------	--

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Sociedade Anônima	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer a legislação aplicada. ▪ Compreender estrutura da sociedade. ▪ Compreensão das implicações da natureza jurídica. ▪ Responsabilidade dos acionistas e Teoria da Desconsideração de acordo com o novo CPC. ▪ Compreensão da diferença entre capital social e patrimônio. ▪ Forma de integralização das ações. ▪ Aumento e redução do capital social. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
2. Sociedade Anônima	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer a legislação aplicada. ▪ Compreender estrutura da sociedade. ▪ Compreensão das implicações da natureza jurídica. ▪ Responsabilidade dos sócios e Teoria da Desconsideração de acordo com o novo CPC. ▪ Compreensão da diferença entre capital social e patrimônio ▪ Forma de integralização das quotas e fraude. ▪ Aumento e redução do capital social. ▪ Compreensão das diferenças entre cias abertas e fechadas. ▪ Cancelamento do registro de cia aberta. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
3. Sociedade Anônima	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreensão do conceito de valores mobiliários. ▪ Espécies de valores mobiliários. ▪ Espécies de valores mobiliários. ▪ Acionistas. ▪ Conceito de acionista controlador.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acordo de acionistas. ▪ Alienação de controle de cia aberta. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
4. Sociedade Anônima	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgãos societários. ▪ Figura do administrador. ▪ Responsabilidade do administrador. ▪ Reorganização Societária. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 15 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2017.
- COMPARATO, Fábio Konder; FILHO, Calixto Salomão. O Poder de Controle na Sociedade Anônima. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- EIZIRIK, Nelson Laks. Temas de Direito Societário. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- _____. A Lei das S/A Comentada. Volume II – Arts. 121 a 188. São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- GUSMÃO. Mônica. Lições de Direito Empresarial. 12 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BOTREL, Sérgio. Fusões e Aquisições. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
- EIZIRICK, Nelson et. al. Mercado de Capitais: Regime Jurídico. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.
- MORAES, Luiza Rangel de. O regime das deliberações na sociedade limitada em confronto com o processo deliberativo na sociedade anônima. In: Revista de Direito Bancário, nº 21, jul. / set., 2003, p. 225-250.
- MUNIZ, Ian. Fusões e Aquisições: Aspectos fiscais e societários. São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- PARENTE, Flávia. O dever de diligência dos administradores de sociedades anônimas. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- PARENTE, Norma Jonsen. Limites da Responsabilidade dos Administradores pela indenização de Prejuízos. In: Revista de Direito Bancário e Mercado de Capitais. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, nº 31, jan. / mar., 2006, p. 33-35.
- RIBEIRO, Renato Ventura. Dever de Diligência dos Administradores de Sociedades. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2006.
- ROCHA, Sérgio André. Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S.A. – Inovações da Lei 11.638. São Paulo: Quatier Latin, 2008.
- ROCHA, Sérgio André. Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S.A. – Alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. São Paulo: Quatier Latin, 2010.
- ROCHA, Sérgio André. Direito Tributário, Societário e a Reforma da Lei das S.A. – Desafios da neutralidade tributária e do Direito Societário. São Paulo: Quatier Latin, 2012.
- WARDE JR., Walfrido Jorge (coord.). Fusão, Cisão, Incorporação e Temas correlatos. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
3. Contabilidade Empresarial	24 h/a

Área	Subárea
Economia e Finanças	Contabilidade

EMENTA

Importância e obrigatoriedade das demonstrações contábeis. Conceituação e princípios fundamentais da contabilidade. Legislação brasileira. Contabilidade como fonte de informação empresarial. Estrutura das demonstrações. Análises econômico-financeiras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Demonstrações contábeis.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar fundamentos da contabilidade voltada à atividade empresarial. ▪ Identificar questões controvertidas e suas possíveis abordagens. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
2. Legislação brasileira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar posições estratégicas da Lei 11.638/07 (Lei das S.A.) no âmbito da importância das demonstrações contábeis na gestão empresarial. ▪ Avaliar os potenciais de demandas judiciais das organizações, qualificáveis como ativos e passivos contingentes ou aquelas merecedoras de reconhecimentos contábeis dos provisionamentos. ▪ Destacar temas de relevantes com reflexos jurídicos no âmbito da convergência das práticas contábeis internacionais - IFRS.
3. Contabilidade como fonte de informação e de tomada de decisão empresarial.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer a importância estratégica da ciência contábil no processo de gestão empresarial, não só como subsídio à qualidade e ao acompanhamento dos controles internos, como ainda no estabelecimento das bases conceituais formadoras de lastro para a avaliação do desempenho empresarial. ▪ Ter consciência da importância dos diferentes critérios de avaliação do patrimônio empresarial perante os variados objetivos das tomadas de decisões. ▪ Desenvolver percepções lógicas de operações fraudulentas inclusas nos números gerados pelas operações empresariais.
4. Análises econômico-financeiras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir os principais indicadores das dimensões econômica e financeira de uma organização, baseados em suas principais demonstrações contábeis e em informações complementares. ▪ Interpretar estes principais indicadores de forma isolada e/ou combinada, particularmente junto à

	<p>triangulação lucratividade-rentabilidade e liquidez.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar a situação econômico-financeira de empresas ou entidades sem fins lucrativos com base em seus principais indicadores de desempenho econômico e financeiro.
--	---

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria de contabilidade. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sergio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10 ed., São Paulo: ed Atlas 2010. Leis 6.404/76; 10.303/01; 11.638/07; 11.941/08 e 12.973/14.
- Instrução Normativa 1.515 – SRF - Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.
- CALDAS, Sérgio Leal, ZANINI, Marco Túlio, ALMEIDA, Ana Luiza de Castro, SILVA Jr., Antônio Batista da, MIGUELES, Carmem, BRUNO, Léo, GUIMARÃES, Ricardo, PINHEIRO, Rômulo. Gestão integrada de ativos intangíveis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark/Fundação Dom Cabral, 2008.
- Intangíveis – o lado oculto da gestão empresarial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Digitaliza/PUC Rio/IAG, 2014.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de balanços. 10. Ed. São Paulo: ed. Atlas, 2009.
- NETO, Alexandre Assaf. Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico-financeiro. 9. ed., São Paulo: ed. Atlas, 2010.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
4. Direito Tributário I	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Princípios Tributários: legalidade, anterioridade, irretroatividade, confisco. Imunidades. Fundamentos da Obrigação e Crédito Tributário. Formas de Constituição (lançamento), Suspensão, Exclusão e Extinção do Crédito Tributário (Prescrição e decadência).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Princípios Tributários: legalidade, anterioridade, irretroatividade, confisco.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posicionar os princípios tributários no contexto das relações tributárias. ▪ Examinar os princípios tributários e seus fundamentos valorativos. ▪ Identificar algumas formas de aplicação dos princípios, especialmente à luz da jurisprudência do STF.
2. Fundamentos da Obrigação e Crédito Tributários. Suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar as características e formação do vínculo obrigacional tributário. ▪ Reconhecer os elementos da obrigação tributárias. ▪ Considerar o tratamento conferido para a sujeição passiva.
3. Formas de Constituição (lançamento)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as fases do vínculo obrigacional, reconhecendo a formalização do crédito tributário. ▪ Examinar as modalidades do lançamento e suas características. ▪ Constatar o tratamento jurisprudencial conferido à formalização do crédito tributário.
4. Suspensão, Exclusão e Extinção do Crédito Tributário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar as formas de suspensão, exclusão e extinção de crédito tributário. ▪ Distinguir as formas de incidência destes fenômenos nas relações obrigacionais tributárias. ▪ Verificar a interpretação jurisprudencial dada aos casos suspensivos, extintivos e excludentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- PAULSEN, Leandro. Direito tributário: Constituição e CTN à luz da doutrina e Jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.
- BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
5. Direito Tributário II	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

IRPJ: Fato Gerador, Sujeição Passiva, base de cálculo e alíquotas. PIS e COFINS: Fato Gerador, Sujeição Passiva, base de cálculo e alíquotas. IPI: Fato Gerador, Sujeição Passiva, base de cálculo e alíquotas. ICMS: Fato Gerador, Sujeição Passiva, base de cálculo e alíquotas. Substituição tributária. Guerra fiscal. Convênios. ISSQN: Fato Gerador, Sujeição Passiva, base de cálculo e alíquotas. Simples Nacional. Definição de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP). Tributos Alcançados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. IRPJ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os fundamentos do Imposto de Renda ▪ Examinar a dinâmica tributária afeta às atividades empresariais quanto ao imposto ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos
2. PIS/COFINS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os fundamentos das contribuições ▪ Examinar a dinâmica tributária afeta às atividades empresariais quanto ao imposto ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos
3. ICMS, IPI e ISSQN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os fundamentos dos impostos sobre a circulação e produção ▪ Examinar a dinâmica tributária afeta às atividades empresariais quanto ao imposto ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos
4. Simples nacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer os fundamentos constitucionais da tributação diferenciada ▪ Constatar as hipóteses de enquadramento no regime especial e tributos abrangidos ▪ Identificar aspectos pontuais de problemas práticos do regime especial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2013.
- PAULSEN, Leandro. Direito tributário: Constituição e CTN à luz da doutrina e Jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARRAZZA, Roque Antonio. Imposto sobre a Renda. São Paulo: Malheiros, 2009.
- CARRAZZA, Roque Antonio. ICMS. CARRAZZA. São Paulo: Malheiros, 2011.

- MELO, José Eduardo Soares. Contribuições Sociais no Sistema Tributário. São Paulo: Malheiros, 2010.
- SANTOS, Cleonimo. Simples Nacional. São Paulo: Sage IOB edições, 2015.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
6. Recuperação de Empresas	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Falência: pressupostos. Rito Processual. Declaração da falência e seus efeitos. Arrecadação e Alienação de bens, habilitação de créditos, ações revocatória e de restituição. Extinção do processo. Recuperação Judicial. Legitimidade Ativa. Litisconsórcio. Requisitos para o deferimento. Apresentação do plano de recuperação. Aprovação do Plano de Recuperação. Sentença Homologatória. Cumprimento do Plano de Recuperação. Sentença de Encerramento. Aspectos principais do Plano Especial das Micro e Pequenas Empresas. Recuperação Extrajudicial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Falência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os principais institutos do processo falimentar. ▪ Compreender os contornos do processo falimentar. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
2. Falência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender os efeitos da falência em relação ao falido, sócios e credores. ▪ Compreender as fases da falência. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
3. Recuperação Judicial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os principais institutos do processo de recuperação judicial. ▪ Compreender os contornos do processo de recuperação. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
4. Recuperação de ME e EPP e Recuperação Extrajudicial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os principais institutos do processo de recuperação judicial de ME e EPP. ▪ Compreender os contornos do processo de recuperação das ME e EPP. ▪ Identificar os principais institutos do processo de recuperação extrajudicial. ▪ Compreender os contornos do processo de recuperação extrajudicial. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IMHOF, Cristiano. Lei de Falências e Recuperação de Empresas e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: CLC, 2009. Editorial.
- SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. Recuperação judicial, extrajudicial e falência – teoria e prática. 2. Ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2015.

- ULHOA, Fábio Coelho. Comentário à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. 11ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- BENETI, Sidnei Agostinho; PAIVA, Luiz Fernando Valente de. Direito Falimentar e a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa – o novo regime da insolvência empresarial. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- CAVALLI, Cássio. Empresa, direito e economia. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Detalhamento do MÓDULO: Direito e Gestão Jurídica

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1. Direito Regulatório	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Intervenção Estatal no Domínio Econômico. Modalidades de Regulação. A reforma do aparelho do Estado e o surgimento das Agências Reguladoras. Papel e natureza jurídica das Agências Reguladoras. Estrutura Organizacional das Agências Reguladoras. Características e Funções Regulatórias. Mecanismos de controle dos atos regulatórios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Regulação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar a dinâmica regulatória. ▪ Analisar as modalidades de regulação e suas repercussões.
2. Modalidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer os fundamentos justificadores da regulação estatal. ▪ Identificar os instrumentos regulatórios. ▪ Distinguir as formas de intervenção do estado na ordem econômica.
3. Agências Reguladoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os fundamentos e elementos históricos de seu aparecimento. ▪ Constatar as características das agências no Direito Brasileiro. ▪ Analisar os poderes das agências.
4. Controle dos atos regulatórios.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posicionar os atos regulatórios no conjunto das medidas governamentais e atuações do poder público; ▪ Identificar os mecanismos de controle interno, externo e social dos atos regulatórios. ▪ Analisar as formas de intervenção judicial nas decisões regulatórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CUÉLLAR, Leila. Introdução às Agências Reguladoras Brasileiras. Belo Horizonte: Fórum, vol. 2, 2008.
- GUERRA, Sérgio Guerra. Agências Reguladoras – Da Organização Administrativa Piramidal à Governança em Rede. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito Constitucional Econômico - A intervenção do Estado na economia à luz da razão pública e do pragmatismo. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a evolução do Direito Administrativo Econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- MOREIRA, Egon Bockmann. Direito Concorrencial e Regulação Econômica. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Curso de Direito Administrativo. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
2. Compliance	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Histórico do Compliance no Mundo e no Brasil. O FCPA, U.K. Bribery Act e outras Legislações Anticorrupção Estrangeiras. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) e suas regulamentações federal e estaduais. Aspectos Gerais e Penais da Legislação Anticorrupção e Antissuborno. Processo Administrativo de Responsabilização - PAR. Acordos de Leniência. Delação Premiada. Sistema CGU-PJ: CNEP e CEIS. Avaliar os aspectos fiscais, regulatórios, contratuais e de instituições financeiras do programa de compliance. Programas e Sistemas de Gestão de Compliance. ISO 19.600 e ISO 37.001. Pró-ética. Compliance Officer. Compliance sob a ótica da Governança Corporativa. Governança e Gestão de Riscos. Pilares de COSO. Elaboração de Programa de compliance. Due Diligence de Integridade. Estudo de Casos Práticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Contextualização e evolução do Compliance	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar as noções gerais sobre o Compliance. ▪ Conhecer a evolução histórica do compliance no mundo e no Brasil. ▪ Compreender as principais leis de compliance, como Foreign Corrupt Practices Act - FCPA -, U.K. Bribery Act e Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. ▪ Conhecer a Lei Anticorrupção brasileira e seus principais efeitos.
2. Aspectos Penais da Legislação Anticorrupção e Antissuborno	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer o ambiente normativo e as implicações gerais e penais das leis de anticorrupção e antissuborno. ▪ Analisar o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR e o Sistema CGU-PJ: CNEP e CEIS. ▪ Analisar os limites dos acordos de leniência e delação premiada. ▪ Avaliar os aspectos fiscais, regulatórios, contratuais e de instituições financeiras do programa de compliance.
3. Políticas e Sistemas de Compliance	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o processo decisório na escolha de programas de Compliance. ▪ Compreender os sistemas de compliance, como os modelos da ISO 19.600 e ISO 37.001, da DSC 10.000 e do Pró-ética. ▪ Analisar a relevância de um processo de Certificação. ▪ Verificar a importância do Compliance Officer.
4. Compliance e governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar a relação entre governança corporativa, o compliance e a gestão de riscos.

	<ul style="list-style-type: none">▪ Entender a ética e a responsabilidade corporativa dentro do novo contexto empresarial.▪ Analisar ferramentas de programas de compliance, como: pilares de COSO para a avaliação do risco; investigações internas; due diligence; normas organizacionais e empresariais; e, auditoria.▪ Avaliar o processo de elaboração de um programa de compliance.
--	---

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Compliance sob à luz da Governança Corporativa, do IBGC.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). Programa de integridade. Diretrizes para Empresas Privadas. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>>.
- FGV Projetos. Compliance, Gestão e Cultura Corporativa. In Cadernos FGV Projetos nº 28, novembro de 2016, ano 11. Disponível em <<https://shar.es/1LVVnN>>.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, v. 5, 2015. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_web.pdf>.
- IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Governança – Governança Corporativa – Origem da Governança – Principais Modelos. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca/principais-modelos>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Qualquer outra publicação referente ao tema de Compliance.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
3. Direito do Trabalho	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Direito do Trabalho e Empresa (relação contratual trabalhista). Contrato direto. Terceirização. Blindagem empresarial: política remuneratória, fixação da jornada, no cumprimento do contrato pelos empregados e no término do contrato.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Identificar os interesses da empresa numa relação contratual trabalhista na formação dos contratos de trabalho. Distinguir entre contrato direto e hipóteses de terceirização.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar a dinâmica da relação de trabalho voltada à atividade empresarial. ▪ Levantar questões controvertidas e suas possíveis abordagens. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos, a partir de julgados da Justiça do Trabalho.
2. Analisar qual a melhor fixação da duração (jornada e intervalos) do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar a legislação trabalhista quanto à fixação da jornada de trabalho. ▪ Detectar as formas possíveis de controle da jornada. ▪ Aplicar esse conhecimento na resolução de casos de acordo com a jurisprudência local e nacional.
3. Analisar e identificar qual deve ser a política remuneratória da empresa, considerando a legislação trabalhista.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar a legislação do trabalho quanto a remuneração dos empregados. ▪ Identificar meios de assegurar uma proteção de fato e direito quanto a folha salarial. ▪ Aplicar os conhecimentos sobre remuneração na política da empresa.
4. Identificar na legislação os procedimentos jurídicos que devem nortear a empresa na terminação contratual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar a legislação trabalhista quanto às formas de terminação do contrato de trabalho. ▪ Identificar meios de assegurar procedimentos administrativos anteriores aos casos de justa causa. ▪ Sugerir procedimentos administrativos e judiciais que façam a blindagem da empresa em situações de terminação contratual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 16ª ed. São Paulo: LTr, 2016.
- OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista. 50ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- SCHIAVI, Mauro. Manual de direito do trabalho. 10ª ed. São Paulo: LTr, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 40. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antônio Carlos Flores de. Introdução ao Direito do Trabalho. 11 ed. São Paulo: LTr, 2014.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SÜSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de Direito do Trabalho. 22. ed. São Paulo: LTr, 2005. 2 v.
- VOGEL NETO, Gustavo Adolpho (Coord.). Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
4. <i>Propriedade Intelectual</i>	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Introdução à Propriedade Intelectual. Proteção jurídica das marcas e das patentes. Concorrência desleal. Contratos de propriedade intelectual. Direitos autorais e conexos. Impacto das novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Introdução à Propriedade Intelectual. 2. Direitos Autorais e Conexos. 3. Fundamentos da proteção autoral.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar os fundamentos e especificidades da propriedade intelectual. ▪ Examinar questões atuais e controvertidas dos direitos autorais e conexos. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
4. Exceções e Limitações à proteção autoral. 5. Impacto das novas tecnologias nos direitos autorais. 6. Licenças Livres 7. Creative Commons.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar os fundamentos e especificidades das limitações da propriedade intelectual. ▪ Examinar questões atuais e controvertidas envolvendo as novas tecnologias e licenciamento livre. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.
8. Fundamentos a proteção marcária. 9. Requisitos e exceções. 10. Marcas de alto renome. 11. Marcas notoriamente conhecidas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concorrência desleal. Marketing de emboscada. Proteção patentária. Requisitos e exceções.
12. Concorrência desleal. 13. Marketing de emboscada. 14. Proteção patentária. 15. Requisitos e exceções.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Examinar os fundamentos e especificidades da proteção patentária. ▪ Examinar questões atuais e controvertidas envolvendo concorrência desleal e patentes. ▪ Aplicar os conhecimentos na resolução de casos práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- BRANCO, Sérgio; Paranaguá, Pedro. Direitos Autorais. Editora FGV. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRANCO JR., Sérgio Vieira. Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007.
- KARAGANIS, Joe (ed.). Media piracy in emerging economies. New York: SSRIC, 2011. Disponível no endereço eletrônico: <http://piracy.americanassembly.org/the-report/>.
- MAGRANI, Eduardo. Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático. Curitiba: Juruá/FGV Direito Rio, 2014.
- MORO, Maitê Cecília Fabri. Direito de Marcas. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2003.
- NETTO, José Carlos Costa. Direito Autoral no Brasil. São Paulo: Ed. FTD, 1998.

- SANTOS, Manoel Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro (coord.). Sinais Distintivos e Tutela Judicial e Administrativa. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
5. Marketing Jurídico	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

As competências multidisciplinares fundamentais na gestão do negócio Jurídico. Limites e mitos sobre a regulação do uso do Marketing no meio Jurídico. Os paradoxos e dilemas do mercado ultracompetitivo. Gestão de resultados como pilar do sucesso. A racionalização do processo de geração de valor agregado. Diferenciação competitiva como recurso estratégico. O desenvolvimento crítico de um planejamento mercadológico, da pesquisa ao posicionamento. Marcas corporativas e individuais com sua visão de longo prazo. Prestação de serviços e relacionamento como elementos intangíveis de geração de valor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO

Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. apresentação e justificativa da Disciplina; 2. análise da Legislação correspondente (debate); 3. contextualização do mercado; 4. competitividade; 5. metodologia para resolução de problemas; 6. introdução ao Marketing.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entender os reais limites impostos pela Legislação, fora do senso comum, tornando-se capaz de explorar as oportunidades de mercado. ▪ Capacitar o prestador de serviços jurídicos a desenvolver análises críticas estratégicas sobre seu negócio, carreira e mercado. ▪ Conhecer ferramentas de funcionalidade comprovada em qualquer empresa jurídica.
7. Marketing Estratégico 7.1 Diferencial Competitivo; 7.2 Pesquisa de mercado; 7.3 Segmentação por nicho; 7.4 Definição de público alvo; 7.5 Posicionamento de mercado; 7.6 Composto de Marketing. 7.7 Exercício – Estudo de caso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar um plano de negócios. ▪ Sistematizar suas percepções e análises. ▪ Compreender o processo de criação de valor para o cliente. ▪ Desenvolver sua empresa jurídica com foco em resultados.
8. Atributos das Marcas 9. Marketing de Serviços 10. Exercício.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entender os requisitos para a criação e desenvolvimento de sua marca pessoal e corporativa. ▪ Conhecer ferramentas de identificação e resolução de problemas nos serviços jurídicos. ▪ Enxergar o real valor que atributos intangíveis, como marca, relacionamento e prestação de serviços têm na construção de valor para o cliente.
11. Marketing de Relacionamento 12. Marketing Pessoal - Exercício – Estudo de caso.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilizar o Relacionamento como recurso competitivo. ▪ Reconhecer o Relacionamento como oportunidade de novos negócios. ▪ A visão empresarial da carreira jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- KOTLER, Philip. Administração de Marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- RIES, Al; TROUT, Jack; Posicionamento: a batalha por sua mente: São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.
- TROUT, Jack. Diferenciar ou Morrer. São Paulo: Futura, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AAKER, David A. Criando e administrando marcas de sucesso. São Paulo: Futura, 1996.
- AZEVEDO, Abaeté de; POMERANZ, Ricardo; Marketing de Resultados. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2004.
- BENDER, Arthur. Personal Branding: construindo sua marca pessoal. São Paulo: Integrare Editora, 2009.
- GOBÉ, Marc. Brandjam: o desing emocional na humanização das marcas. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- KOTLER, Philip. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo Marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
6. Gestão Estratégica de Serviços Jurídicos	24 h/a

Área	Subárea
Direito	Direito

EMENTA

Administração Legal. Planejamento Estratégico. Rotinas Administrativas. Sistemas de Informação Gerencial e de Controle. Planos de Carreira e de Remuneração. Controladoria Jurídica e Formação de Preço.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO	
Tópicos de conteúdo	Objetivos de aprendizagem
1. Cenários e Tendências dos Serviços Jurídicos 2. Conceito de Administração Legal e adaptação ao Estatuto da Advocacia 3. Planejamento Estratégico (diretrizes estratégicas, Visão, Missão e Valores, SWOT, BCG e Gestão da Marca)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Buscar-se-á neste bloco oferecer a visão histórica, análise econômica do direito, as bases da Administração Legal e construção de planejamento estratégico a advogados e departamentos jurídicos, em consonância com o Estatuto da Advocacia.
3. Governança Corporativa aplicada aos serviços jurídicos 4. Organograma e sistemas hierárquicos 5. Rotinas Administrativas, fluxograma, sistemas de controle e SIG – Sistema de Informação Gerencial 6. Software Jurídico, digitalização e alinhamento com PJe	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Neste êxito buscar-se-á construir modelos de gestão pautadas em princípios de governança, na padronização e digitalização para construção de rotinas administrativas e controles por via de SIG, em decorrência do PJe e suas exigências contingenciais.
7. Planos de Carreira 8. Tipos de Carreiras: advogado celetista, advogado associado, sócio por serviço e sócio patrimonial 9. Sistemas de Remuneração 10. Sistemas de Meritocracia e Contratos de Metas 11. Gestão de Pessoas: <i>feed back</i> , retenção e construção de carreira jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após ter desenhado o plano estratégico e meios de controle, buscar-se-á em decorrência do Estatuto da OAB, a construção de um Plano de Carreira e sistemas de meritocracia, assim como elementos de gestão de pessoas e retenção de talentos, sobretudo contratos de metas para alcance das diretrizes estratégicas.
12. Controladoria Jurídica 13. Sistemas de MCQ 14. Contabilidade Gerencial e Fiscal 15. Sistemas de Controles Contábeis 16. Formação de Preços Jurídicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Neste eixo formular-se-á preço mediante estrutura de custos, sua importância enquanto controladoria jurídica, controles financeiros e gerenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABREU Filho, José Carlos, Finanças Corporativas, 10ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011
- LOBATO, David Menezes, Estratégia de Empresas, 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011
- SALOMÃO, Simone Viana, BORANGA, Anna Luiza, Administração Legal para Advogados. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FITZSIMMONS, MONA J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação, 6 ed. São Paulo: Artmed, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007
- SUSSKIND, Richard. Tomorrows Lawyers. Oxford: University Press, 2013.